Arcadismo



O **Arcadismo** é uma escola literária surgida na Europa no século XVIII, razão por que também é denominada como **Setecentismo** ou **Neoclassicismo**. O nome "Arcadismo" é uma referência à Arcádia, região bucólica do Peloponeso, na Grécia antiga, tida como ideal de inspiração poética.

A principal característica desta escola é a exaltação da natureza e de tudo o que lhe diz respeito. Por essa razão muitos poetas do Arcadismo adotaram pseudônimos de pastores gregos ou latinos. Caracteriza-se ainda pelo recurso a esquemas rítmicos mais graciosos.

Contexto histórico social

O século XVIII, também referido como "Século das Luzes", representa uma fase de importantes transformações no campo da cultura europeia. Na Inglaterra e na França forma-se uma burguesia que passa a dominar economicamente o Estado, através de um intenso comércio ultramarino e da multiplicação de estabelecimentos bancários, assenhoreando-se mesmo de uma parte da atividade agrícola. Paralelamente, a antiga Nobreza arruína-se, e o Clero, com as suas intermináveis polêmicas, traz o descrédito às questões teológicas. Em toda a Europa a influência do pensamento Iluminista burguês se alastra.

Esse período de renovação cultural que se caracteriza, em linhas gerais, pela valorização da Ciência e do espírito racionalista. O método experimental desenvolve-se; a análise crítica dos valores sociais e religiosos aguça-se, provocando polêmicas; há uma grande confiança na capacidade do homem em promover o progresso social (crença em que o bem-estar coletivo só pode advir da razão), e a tendência de libertar o universo cultural da influência da religião acentua-se cada vez mais.

Na França, em 1751, começam ser publicados os volumes da Enciclopédia, que reunia pensadores como Voltaire, Diderot, D'Alembert, Montesquieu, Rousseau, e que pode ser considerada o símbolo da nova postura intelectual. A segunda metade do século é marcada pela Revolução Industrial na Grã-Bretanha, pelo aumento da urbanização de modo geral, e pela independência dos Estados Unidos (1776). Esta, por sua vez, irá inspirar movimentos de revolta em muitas colônias da América Latina como, por exemplo, a Inconfidência Mineira, no Brasil.

Em Portugal e no Brasil, a experiência neoclássica na literatura deu-se em torno dos modelos do Arcadismo italiano, com a fundação de academias literárias, simulação pastoral, ambiente campestre etc.

Características do Arcadismo

O Arcadismo constitui-se em uma forma de literatura mais simples, opondo-se aos exageros e rebuscamentos do Barroco, expresso pela frase "*Inutilia truncat*" ("cortar o inútil"). Os temas também são simples e comuns aos seres humanos, como o amor, a morte, o casamento, a solidão. As situações mais frequentes apresentam um pastor abandonado pela amada, triste e queixoso. É a "*Aurea mediocritas*" ("mediocridade áurea"), que simboliza a valorização das coisas cotidianas, focalizadas pela razão.

Os autores retornam aos modelos clássicos da Antiguidade greco-latina e aos renascentistas, razão pela qual o movimento é também conhecido como neoclássico. Os seus autores acreditavam que a Arte era uma cópia da natureza, refletida através da tradição clássica. Por isso a presença da mitologia pagã, além do recurso a frases latinas.

Inspirados na frase do escritor latino Horácio "Fugere urbem" ("fugir da cidade"), e imbuídos da teoria do "bom selvagem" de Jean-Jacques Rousseau, os autores árcades voltam-se para a natureza em busca de uma vida simples, bucólica, pastoril, do "locus amoenus", do refúgio ameno em oposição aos centros urbanos dominados pelo Antigo Regime, pelo Absolutismo monárquico.

Cumpre salientar que essa busca configurava apenas um estado de espírito, uma posição política e ideológica, uma vez que esses autores viviam nos centros urbanos e, burgueses que eram, ali mantinham os seus interesses econômicos. Por isso justifica falar-se em "fingimento poético" no Arcadismo fato que transparece no uso dos pseudônimos pastoris.

Além disso, diante da efemeridade da vida, defendem o "Carpe diem", pelo qual o pastor, ciente da brevidade do tempo, convida a sua pastora a gozar o momento presente.

Quanto à forma, usavam muitas vezes sonetos com versos decassílabos, rima optativa e a tradição da poesia épica. Outras características importantes são:

- Valorização da vida no campo (bucolismo)
- Crítica à vida nos centros urbanos
- Objetividade
- Idealização da mulher amada

O Arcadismo em Portugal

O clima de renovação atingiu fortemente também Portugal que, no começo do século XVIII, passava pelo período final de sua reestruturação econômica, política e cultural.

Durante o reinado de João V de Portugal (1707-1750) percebe-se, no país, uma certa abertura intelectual e política, como por exemplo a licença concedida à Congregação do Oratório para ministrar ensino, até então privilégio da Companhia de Jesus.

Em 1746, Luís António Verney, inspirado nas ideias dos racionalistas franceses, publica as cartas que compõem o seu "Verdadeiro Método de Estudar", obra em que critica o ensino tradicional e propõe reformas que pretendem colocar a cultura portuguesa a par com a do resto da Europa.

Caberá, entretanto, ao marquês de Pombal, ministro de José I de Portugal (1750-1777), concretizar essas aspirações. Agindo com plena autonomia de poderes, o despotismo esclarecido de Pombal operou verdadeira transformação nos rumos da cultura portuguesa:

- expulsou os jesuítas em 1759, o que enfraqueceu bastante a influência religiosa no campo cultural;
- incentivou os estudos científicos;
- reformou o ensino e,
- apesar de manter um sistema de censura, afrouxou muito a repressão que era exercida pelo Santo Ofício (a Inquisição).

Em Portugal, o Arcadismo iniciou-se oficialmente em 1756, com a fundação da "Arcádia Lusitana", entidade em que se reuniam intelectuais e artistas para discutirem Arte.

A "Arcádia Lusitana" tinha por lema a frase latina "*Inutilia truncat*" ("acabe-se com as inutilidades"), que vai caracterizar todo o movimento no país. Visavam com isto erradicar os exageros, o rebuscamento, e a extravagância preconizados pelo Barroco, retornando a uma literatura simples.

Autores

- Manuel Maria Barbosa Du Bocage
- Antonio Diniz Cruz e Silva
- Marquesa de Alorna
- Francisco José Feire, o Cândido Lusitano

Manuel Maria de Barbosa L'Hedois du Bocage (Setúbal, 15 de Setembro de 1765 — Lisboa, 21 de Dezembro de 1805) foi um poeta português e, possivelmente, o maior representante do arcadismo lusitano. Embora ícone deste movimento literário, é uma figura inserida num período de transição do estilo clássico para o estilo romântico que terá forte presença na literatura portuguesa do século XIX.

Nascido em Setúbal em 15 de Setembro de 1765, falecido em Lisboa na manhã de 21 de Dezembro de 1805, era filho do bacharel José Luís Soares de Barbosa, juiz de fora, ouvidor, e depois advogado, e de D. Mariana Joaquina Xavier l'Hedois Lustoff du Bocage, cujo pai era francês.

Em 1765, foi nomeado ouvidor em Beja. Acusado de ter desviado a décima enquanto ouvidor, possivelmente uma armadilha para o prejudicar, visto ser próximo de pessoas que foram vítimas de Pombal, o pai de Bocage foi preso para o Limoeiro em 1771, nunca chegando a fazer defesa das suas acusações. Com a morte do rei D. José I, em 1777, dá-se a "viradeira", que valeu a liberdade ao pai do poeta, que voltou para Setúbal, onde foi advogado.

Apesar das numerosas biografias publicadas após a sua morte, boa parte da sua vida permanece um mistério. Não se sabe que estudos fez, embora se deduza da sua obra que estudou os clássicos e as mitologias grega e latina, que estudou francês e também latim. A identificação das mulheres que amou é duvidosa e discutível.

A sua infância foi infeliz. O pai foi preso, quando ele tinha seis anos e permaneceu na cadeia seis anos. A sua mãe faleceu quando tinha dez anos. Possivelmente ferido por um amor não correspondido, assentou praça como voluntário em 22 de Setembro de 1781 e permaneceu no Exército até 15 de Setembro de 1783. Nessa data, foi admitido na Escola da Marinha Real, onde fez estudos regulares para guarda-marinha. No final do curso desertou, mas, ainda assim, surge nomeado guarda-marinha por D. Maria I. Nessa altura, já a sua fama de poeta e versejador corria por Lisboa.

Em 14 de Abril de 1786, embarcou como oficial de marinha para a Índia, na nau *Nossa Senhora da Vida, Santo António e Madalena*, que chegou ao Rio de Janeiro em finais de Junho.

Na cidade, dedicou ao vice-rei algumas poesias-canção cheias de bajulações, visando atingir seus objetivos. Sendo, porém, o vice-rei avesso a elogios, e admoestado com algumas rimas de baixo calão, que originaram a famosa frase: "quem tem c... tem medo, e eu também posso errar", fê-lo prosseguir viagem para as Índias". Fez escala na Ilha de Moçambique (início de Setembro) e chegou à Índia em 28 de Outubro de 1786. Em Pangim, frequentou de novo estudos regulares de oficial de marinha. Foi depois colocado em Damão, mas desertou em 1789, embarcando para Macau. Foi preso pela inquisição, e na cadeia traduziu poetas franceses e latinos.

A década seguinte é a da sua maior produção literária e também o período de maior boemia e vida de aventuras. Ainda em 1790 foi convidado e aderiu à Academia das Belas Letras ou Nova Arcádia, onde adotou o pseudônimo *Elmano Sadino*. Mas passado pouco tempo escrevia já ferozes sátiras contra os confrades. Em 1791, foi publicada a 1.ª edição das *Rimas*.

Já Bocage não sou!...
À cova escura
Meu estro vai parar desfeito em vento...
Eu aos céus ultrajei! O meu tormento
Leve me torne sempre a terra dura. (...)

Dominava então Lisboa o Intendente da Polícia Pina Manique que decidiu pôr ordem na cidade, tendo em 7 de Agosto de 1797 dado ordem de prisão a Bocage por ser "desordenado nos costumes". Ficou preso no Limoeiro até 14 de Novembro de 1797, tendo depois dado entrada no calabouço da Inquisição, no Rossio. Aí ficou até 17 de Fevereiro de 1798, tendo ido depois para o Real Hospício das Necessidades, dirigido pelos Padres Oratorianos de São Filipe Neri, depois de uma breve passagem pelo Convento dos Beneditinos. Durante este longo período de detenção, Bocage mudou o seu comportamento e começou a trabalhar seriamente como redator e tradutor. Só saiu em liberdade no último dia de 1798.

De 1799 a 1801 trabalhou, sobretudo, com Frei José Mariano da Conceição Veloso, um frade brasileiro, politicamente bem situado e nas boas graças de Pina Manique, que lhe deu muitos trabalhos para traduzir. A partir de 1801, até à morte por aneurisma, viveu em casa por ele arrendada no Bairro Alto, naquela que é hoje o n.º 25 da travessa André Valente.

Auto-retrato



Magro, de olhos azuis, carão moreno, Bem servido de pés, meão na altura, Triste de facha, o mesmo de figura, Nariz alto no meio, e não pequeno;

Incapaz de assistir num só terreno, Mais propenso ao furor do que à ternura; Bebendo em níveas mãos, por taça escura, De zelos infernais letal veneno;

Devoto incensador de mil deidades (Digo, de moças mil) num só momento, E somente no altar amando os frades,

Eis Bocage, em quem luz algum talento; Saíram dele mesmo estas verdades, Num dia em que se achou mais pachorrento.

Retrato feito por Joaquim Pedro de Sousa

O Arcadismo no Brasil

No Brasil, vive-se o momento histórico da decadência do ciclo da mineração e da transferência do centro político do Nordeste (Salvador, na Bahia) para o Rio de Janeiro.

Aqui o marco inaugural do Arcadismo deu-se em 1768 com a fundação da "Arcádia Ultramarina", em Vila Rica, e a publicação de "Obras Poéticas", de Cláudio Manuel da Costa. Embora não chegue a constituir um grupo nos moldes das arcádias europeias, constituem a primeira geração literária brasileira.

Nesta colônia portuguesa, as ideias iluministas vieram ao encontro dos sentimentos e anseios nativistas, com maior repercussão em Vila Rica, centro econômico mais importante à época, em função da mineração. A figura do "bom selvagem" de Rousseau dará origem, na colônia, ao chamado Nativismo. O acontecimento político mais importante será a Inconfidência Mineira, tentativa mal-sucedida de libertar a província das Minas Gerais do domínio colonial português. A politização do movimento apresentou-se através dos poetas árcades brasileiros, participantes da Conjuração.

A chamada "Escola Setecentista" desenvolve-se até 1808 com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, que com suas medidas político-administrativas, permitiu a introdução do pensamento pré-romântico no Brasil.

Entre as características do movimento no Brasil, destacam-se a introdução de paisagens tropicais, como em *Caramuru*, valorização da história colonial, o início do nacionalismo e da luta pela independência e a colocação da colônia como centro das atenções.

Autores

- Frei Santa Rita Durão (1722-1784), autor do poema épico Caramuru
- Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) Obras Poeticas e Villa Rica
- Basílio da Gama (1741-1795), autor do poema épico *O Uraguai*
- Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), autor de Marília de Dirceu e Cartas Chilenas
- Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1793)
- Silva Alvarenga (1749-1814), autor de Glaura

Biografias

Frei **José de Santa Rita Durão** (Cata Preta, 1722 — Lisboa, 1784) foi um religioso agostiniano brasileiro do período colonial, orador e poeta. É também considerado um dos precursores do indianismo no

Brasil. Seu poema épico *Caramuru* é a primeira obra a ter como tema o habitante nativo do Brasil; foi escrita ao estilo de Luís de Camões, imitando um poeta clássico assim como faziam os outros neoclássicos (árcades).

Estudou no Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro até os dez anos, partindo no ano seguinte para a Europa, onde se tornaria padre agostiniano. Doutorou-se em Filosofia e Teologia pela Universidade de Coimbra, e em seguida lá ocupou uma cátedra de Teologia.

Durante o governo de Pombal, foi perseguido e abandonou Portugal. Trabalhou em Roma como bibliotecário durante mais de 20 anos, até a queda de seu grande inimigo, retornando então ao país luso. Esteve ainda na Espanha e na França. Voltando a Portugal com a "viradeira" (queda de Pombal e restauração da cultura passadista), a sua principal atividade será a redação de *Caramuru*, publicado em 1781. Morre em Portugal em 24 de janeiro de 1784.

Ao Brasil não voltaria mais, e sua epopeia é uma forma de demonstrar que ainda tinha lembranças de sua terra natal.

Quase a única obra restante escrito por Durão é seu poema épico de dez cantos, Caramuru, o qual é extremamente preso ao modelo de Camões. Formado por oitavas rimadas e incluindo informação erudita sobre a flora e a fauna brasileiras e os Índios do país. Caramuru é um tributo à sua terra natal. Segundo a tradição, a reação da crítica e do público ao seu poema foi tão fria que Santa Rita Durão destruiu o restante de sua obra poética.

- Pro anmia studiorum instauratione oratio (1778)
- Caramuru (1781)

José Basílio da Gama (São José do Rio das Mortes, 8 de abril de 1741 - Lisboa, 31 de julho de 1795) foi um poeta brasileiro.

Nasceu no então arraial de São José do Rio das Mortes, depois São José d'El Rei, hoje cidade de Tiradentes, em Minas Gerais. O seu pai foi Manuel da Costa Vila-Boas, capitão-mor do Novo Descobrimento, e uma neta do oficial militar Leonel da Gama Belles.

Em 1757, já órfão de pai, começou a frequentar o Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro. Quando, dois anos depois, em 1759, Gomes Freire de Andrade, 1.º Conde de Bobadela, ordenou fechar o colégio, como parte da campanha de perseguição movida pela Coroa de Portugal contra a Companhia de Jesus, o jovem Basílio manteve-se fiel à sua vocação e seguiu para Roma, à procura do apoio da Igreja para a sua fé.

Entre os anos de 1760 e 1766, foi admitido, graças ao poeta Michel Giuseppe Morei na Arcádia Romana, com o pseudônimo de "Termindo Sipilio". O fato de um poeta da Colônia ter sido admitido em uma agremiação tão importante quanto a Arcádia Romana pressupõe que, quase certamente, ele teria sido recomendado pelo clero jesuítico português.

No decorrer de 1768, está de novo no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, mas retorna à Europa, dirigindo-se para Coimbra. Nesta ocasião foi detido em Lisboa, acusado de simpatia para com os jesuítas. Em troca da liberdade, prometeu às autoridades ir viver em Angola. Logo em seguida, buscando evitar o degredo, capitulou diante do poder exercido pelo futuro Marquês de Pombal, responsável direto pela perseguição aos jesuítas.

Basílio escreveu então um epitalâmio, dedicado à filha do Marquês, exaltando-o, vindo a cair, em 1769, nas graças deste. No mesmo ano foi publicado poema épico "O Uraguai", dedicado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, onde se percebe o intuito de agradar o homem forte de Portugal daquele tempo. Além dos guerreiros portugueses, os Guaranis são tratados de maneira positiva pelo autor, cabendo unicamente aos jesuítas o papel de vilões, por serem contrários à política pombalina, retratados como interessados em ludibriar os indígenas.

Por essa época estreita-se a sua ligação com Pombal, de forma que se torna oficial administrativo e secretário deste. Com a queda política de seu protetor, Basílio passou a sofrer perseguições políticas, sendo obrigado a se deslocar da Corte para a Colônia do Brasil e vice-versa, como forma de se livrar de arbitrariedades cometidas contra si.

Num período em que estava em Lisboa veio a falecer, em 31 de julho de 1795, tendo sido sepultado na Igreja da Boa Hora. Obras:

- Epitalâmio às núpcias da Sra. D. Maria Amália (1769)
- *O Uraguai* (1769)
- A declamação trágica (1772), poema dedicado às belas artes

- Os Campos Elíseos (1776)
- Relação abreviada da República e Lenitivo da saudade (1788)
- Quitúbia (1791)

Cláudio Manuel da Costa (Vila do Ribeirão do Carmo, Minas Gerais, 5 de junho de 1729 — Ouro Preto, Vila Rica, 4 de julho de 1789) foi um jurista e poeta do Brasil Colônia. Destacou-se pela sua obra poética e pelo seu envolvimento na Inconfidência Mineira. Foi também advogado de prestígio, fazendeiro abastado, cidadão ilustre, pensador de mente aberta e mecenas do Aleijadinho Estudou cânones em Coimbra e há quem acredite que ele tenha traduzido a obra de Adam Smith para o português. Outra dúvida que persiste é se foi ou não membro dos *Illuminati*, sociedade secreta de cunho iluminista que surgiu na Baviera e influenciou inúmeras revoluções.

Filho de João Gonçalves da Costa, português, e Teresa Ribeira de Alvarenga, mineira, nasceu no sítio da Vargem do Itacolomi, freguesia da vila do Ribeirão do Carmo, atual cidade de Mariana em Minas Gerais.

Em 1749, aos vinte anos de idade, embarcou para Portugal, matriculando-se na Universidade de Coimbra, onde obteve o Bacharelato em Cânones.

Entre 1753 e 1754, retornou ao Brasil, dedicando-se à advocacia em Vila Rica (atual Ouro Preto). Jurista culto e renomado à época, ali exerceu o cargo de procurador da Coroa, desembargador, e, por duas vezes, o de secretário do Governo. Por incumbência da Câmara de Ouro Preto elaborou a "Carta Topográfica de Vila Rica e seu termo" (1758).

Por sua idade, boa lição clássica, fama de doutor e crédito de autor publicado, exerceu uma espécie de magistério entre os seus confrades em musa, maiores e menores, uma vez que todos lhe liam as suas obras e lhe escutavam os conselhos. Foi, assim, uma das principais figuras da Capitania.

Aos sessenta anos de idade foi envolvido na chamada Conjuração Mineira. Detido e, para alguns, apavorado com as consequências da acusação de réu de inconfidência, morreu em circunstâncias obscuras, em Vila Rica, no dia 4 de julho de 1789, quando teria cometido suicídio por enforcamento na prisão.

Os registros da trajetória da vida de Cláudio revelam uma bem sucedida carreira no campo político, literário e profissional. Foi secretário de governo, poeta admirado até em Portugal e advogado dos principais negociantes da capitania no seu tempo. Acumulou ampla fortuna e sua casa em Vila Rica, era uma das melhores vivendas da capital. Sólida e construção que ainda lá está a desafiar o tempo.

A memória de Cláudio Manuel da Costa, porém, não teve a mesma sorte. Até hoje paira sobre ele a suspeita de ter sido um miserável covarde que traiu os amigos e se suicidou na prisão Outros negam até a própria relevância da sua participação na inconfidência mineira, pintando-o como um simples espectador privilegiado, amigo de Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, frequentadores assíduos dos saraus que ele promovia.

Cláudio tentou, ele próprio, diminuir a relevância da sua participação na conspiração, mas estava apenas tentando reduzir o peso da sua culpa diante dos juizes da devassa. Os clássicos da historiografia da inconfidência mineira são unânimes em valorizar sua participação no movimento. Parece que ele era meio descrente com as chances militares da conspiração. Mas não deixou de influenciar no lado mais intelectualizado do movimento, especialmente no que diz respeito à construção do edifício jurídico projetado para a república que pretendiam implantar em Minas Gerais, no final do século XVIII.

De qualquer modo José Pedro Machado Coelho Torres, juiz nomeado para a Devassa de 1789 em Minas Gerais, dele diz o seguinte: "O dr. Cláudio Manoel da Costa era o sujeito em casa de quem se tratou de algumas coisas respeitantes à sublevação, uma das quais foi a respeito da bandeira e algumas determinações do modo de se reger a República: o sócio vigário da vila de S. José é quem declara nas perguntas formalmente"...(Anais da Biblioteca Nacional, 1º vol. pg. 384).

É patrono da Academia Brasileira de Letras.

Morte: assassinato ou suicídio?

O ponto mais crítico da biografia do poeta inconfidente vem a ser a suspeita do seu suicídio. Sua morte está cercada de detalhes obscuros. Há mais de duzentos anos que o assunto suscita debates e há argumentos de peso tanto a favor como contra a tese do suicídio. Os partidários da crença de que Cláudio Manuel da Costa tenha se suicidado se baseiam no fato de que ele estava profundamente deprimido na véspera da sua morte.

Isso está estampado no seu próprio depoimento, registrado na Devassa. Além disso, seu padre confessor teria confirmando seu estado depressivo a um frade que trouxe o registro à luz. Os partidários da tese de que

Cláudio tenha sido assassinado contestam tanto a autenticidade do depoimento apensado aos autos da Devassa, quanto à honestidade do registro do frade.

Quem acredita na tese do assassinato baseia-se em um argumento principal: o próprio laudo pericial que concluiu pelo suicídio. Pelo laudo, o indigitado poeta teria se enforcado usando os cadarços do calção, amarrados numa prateleira, contra a qual ele teria apertado o laço, forçando com um braço e um joelho. Muitos acreditam ser impossível alguém conseguir se enforcar em tais circunstâncias.

O historiador Ivo Porto de Menezes relata que, ao organizar antigos documentos relativos à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, em 1957 ou 1958, encontrou no livro de assentos dos integrantes da Irmandade de São Miguel e Almas, a anotação da admissão de Cláudio Manuel e à margem a observação de que havia "sufragado com 30 missas" a alma do falecido, e "pago tudo pela fazenda real". De igual forma procedera a Irmandade de Santo Antônio, que lançou em seu livro: "falecido em julho de 1789. E feitos os sufrágios." Relembra que havia à época proibição de missas pelos suicidas.

Também Jarbas Sertório de Carvalho, em ensaio publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, defende com boa documentação a tese do assassinato.

Há ainda quem acredite que o próprio governador, Visconde de Barbacena, esteve envolvido na conspiração e Cláudio teria sido eliminado por estar disposto a revelar isso. Mas o fato é que somente a tese do suicídio pôde se lastrear em documentos, ainda que duvidosos quanto a sua honestidade e veracidade, como bem salientam os adeptos da tese de assassinato.

Ainda noutro ensaio "Inconfidência Mineira- As Várias faces", Júlio José Chiavenato lança um dado que reforça a tese da farsa montada do "suicídio" de Cláudio Manuel da Costa. Na tarde do mesmo dia em que o advogado é preso, são assassinados no sítio da Vargem a sua filha, o genro e outros familiares, bem como alguns escravos e roubados todos os seus bens. O Visconde de Barbacena só informou Lisboa da morte de Cláudio Manuel da Costa a 15 de julho, onze dias depois de ter ocorrido e quando dera conhecimento a Lisboa do seu interrogatório a 11 de Julho, sem nunca referir o fato. Se a morte do alferes (Tiradentes) não causaria embaraços em Lisboa, a de Cláudio e da sua família poderia causar, daí a necessidade da farsa ser montada.

Dez dias depois da sua morte, a população de Paris tomava a fortaleza da Bastilha, marcando o início do fim da dinastia dos gloriosos Luíses de França. Começava a tomar corpo então, um projeto político, sonhado pelo próprio Cláudio Manuel da Costa para seu país. Demoraria, no entanto, mais trinta anos para que o Brasil se tornasse liberto de Portugal. Cem anos a mais seriam necessários para a realização da segunda parte do sonho, a implantação do regime republicano no Brasil.

Obra - Glauceste Saturnino (ou Glauceste Satúrnio), pseudônimo do autor, faz parte da transição do Barroco para o Arcadismo. Seus sonetos herdaram a tradição de Camões.

- Culto Métrico, 1749.
- Munúsculo Métrico, 1751.
- *Epicédio*, 1753.
- Obras (sonetos, epicédios, romances, éclogas, epístolas, liras), 1768.
- O Parnaso Obseguioso, 1768
- Vila Rica, 1773.
- Poesias Manuscritas, 1779.

Tomás Antônio Gonzaga (Miragaia, Porto, 11 de agosto de 1744 — Ilha de Moçambique, 1810), cujo nome arcádico é **Dirceu**, foi um jurista, poeta e ativista político luso-brasileiro. Considerado o mais proeminente dos poetas árcades, é ainda hoje estudado em escolas e universidades por seu "Marília de Dirceu" (versos notadamente árcades feitos para sua amada).

Ele nasceu em Miragaia, freguesia da cidade portuguesa do Porto, em prédio hoje devidamente assinalado. Era filho de mãe portuguesa e pai brasileiro. Órfão de mãe no primeiro ano de vida, mudou-se com o pai, magistrado brasileiro para Pernambuco em 1751 depois para a Bahia, onde estudou no Colégio dos Jesuítas. Em 1761, voltou a Portugal para cursar Direito na Universidade de Coimbra, tornando-se bacharel em Leis em 1768. Com intenção de lecionar naquela universidade, escreveu a tese *Tratado de Direito Natural*, no qual enfocava o tema sob o ponto de vista tomista, mas depois trocou as pretensões ao magistério superior pela magistratura. Exerceu o cargo de juiz de fora na cidade de Beja, em Portugal. Quando voltou ao Brasil, em 1782, foi nomeado Ouvidor dos Defuntos e Ausentes da comarca de Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto, então conheceu a adolescente de apenas quinze anos Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Brandão, a pastora

Marília em uma das possíveis interpretações de seus poemas, que teria sido imortalizada em sua obra lírica (Marília de Dirceu) - apesar de ser muito discutível essa versão, tendo em vista as regras retórico-poéticas que prevaleciam no século XVIII, época em que o poema fora escrito.

Durante sua permanência em Minas Gerais, escreve *Cartas Chilenas*, poema satírico em forma de epístolas, uma violenta crítica ao governo colonial. Promovido a desembargador da relação da Bahia em 1786, resolve pedir em casamento Maria Doroteia dois anos depois. O casamento é marcado para o final do mês de maio de 1789. Como era bem mais velho que ela, sofreu oposição da família da noiva.

Por seu papel na Inconfidência Mineira ou Conjuração Mineira (primeira grande revolta próindependência do Brasil), trabalhando junto de outros personagens dessa revolta como: Cláudio Manoel da Costa, Silva Alvarenga e Alvarenga Peixoto, é acusado de conspiração e preso em 1789, cumprindo sua pena de três anos na Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, tendo seus bens confiscados. Foi, portanto, separado de sua amada, Maria Doroteia. Permanece em reclusão por três anos, durante os quais, teria escrito a maior parte das liras atribuídas a ele, pois não há registros de assinatura em qualquer uma de suas poesias. Em 1792, sua pena é comutada em degredo, a pedido pessoal de Marília à rainha de Portugal e o poeta é enviado a costa oriental da África, a fim de cumprir, em Moçambique, a sentença de dez anos.

No mesmo ano é lançada em Lisboa a primeira parte de *Marília de Dirceu*, com 33 liras. No país africano trabalha como advogado e hospeda-se em casa de abastado comerciante de escravos, vindo a se casar em 1793 com a filha dele, Juliana de Sousa Mascarenhas ("pessoa de muitos dotes e poucas letras"), com quem teve dois filhos: *Ana Mascarenhas Gonzaga e Alexandre Mascarenhas Gonzaga*, vivendo depois disso, durante quinze anos, rico e considerado, até morrer em 1810, acometido por uma grave doença. Em 1799, é publicada a segunda parte de Marília de Dirceu, com mais 65 liras. No desterro, ocupou os cargos de procurador da Coroa e Fazenda, e o de juiz de Alfândega de Moçambique (cargo que exercia quando morreu). Gonzaga foi muito admirado por poetas Romantismo/românticos como Casimiro de Abreu e Castro Alves. É patrono da cadeira de número 37 da Academia Brasileira de Letras.

Suas principais obras são: *Tratado de Direito Natural*; *Marília de Direeu* (coleção de poesias líricas, publicadas em três partes, em 1792, 1799 e 1812 - hoje se sabe que a terceira parte não foi escrita pelo poeta); *Cartas Chilenas* (impressas em conjunto em 1863). A data de sua morte não é uma data certa, mas sabe-se que ele veio a falecer entre 1809 e 1810.

Características literárias

A poesia de Tomás Antonio Gonzaga apresenta as típicas características árcades e neoclássicas: o pastoril, o bucólico, a Natureza amena, o equilíbrio etc. Paralelamente, possui características pré-românticas (principalmente na segunda parte de Marília de Dirceu, escrita na prisão): confissões de sentimento pessoal, ênfase emotiva estranha aos padrões do neoclassicismo, descrição de paisagens brasileiras, etc. O convívio com o Iluminismo põe em seu estilo a preocupação em atenuar as tensões e racionalizar os conflitos.

Tomás Antonio Gonzaga escreveu versos marcados por expressão própria, pela harmonização dos elementos racionais e afetivos e por um leve toque de sensualidade. Segundo Alfredo Bosi, Gonzaga está acima de tudo preocupado em "achar a versão literária mais justa dos seus cuidados". Assim, "a figura de Marília, os amores ainda não realizados e a mágoa da separação entram apenas como 'ocasiões' no cancioneiro de Dirceu", o que diferencia o autor dos seus futuros colegas românticos.

Marília de Dirceu

As liras, a sua pastora idealizada refletem a trajetória do poeta, na qual a prisão atua como um divisor de águas (a segunda parte do livro é contada dentro da prisão). Antes do encarceramento, num tom de fidelidade, canta a ventura da iniciação amorosa, a satisfação do amante, que, valorizando o momento presente, busca a simplicidade do refúgio na natureza amena, que ora é europeia e ora mineira. Depois da reclusão, num tom trágico de desalento, canta o infortúnio, a injustiça (ele se considera inocente, portanto, injustiçado), o destino e a eterna consolação no amor da figura de Marília. São compostas em redondilha menor ou decassílabos quebrados. Expressam a simplicidade e gracioso lirismo íntimo, decorrentes da naturalidade e da singeleza no trato dos sentimentos e da escolha linguística. Ao delegar posição poética a um campesino, sob cuja pele se esconde um elemento civilizado, Gonzaga demonstra mais uma vez suas diferenças com a filosofia romântica, pois segue o descrito nas regras para a confecção de éclogas nos manuais de poética da época, que

instruem aos poetas que buscam a superação dos antigos, imitando-os, a utilizações de eu-líricos que se aproximem as figuras de pastores, caçadores, hortelãos e vaqueiros.

Marília é ora morena, ora loira. O que comprova não ser a pastora, Maria Doroteia na vida real, mas uma figura simbólica que servia à poesia de Tomás Antonio Gonzaga. É anacronismo destinar ao sentimento existente entre o poeta e Maria Doroteia a motivação para a confecção dos poemas, tendo em vista que esse pensamento só surgiu com o pensamento Romântico, no século XIX. É mais cabível a teoria de inspiração no ideal de emulação, que configurava o sentimento poético da época, baseado nas filosofias retórico-poéticas vigentes, em que o poeta, seguinto inúmeras regras de confecção, "imitava" os poetas antigos procurando superá-los. Poucos conhecedores de literatura podem acreditar que o poeta cai em contradições, ora assumindo a postura de pastor que cuida de ovelhas e vive numa choça no alto do monte, ora a do burguês Dr. Tomás Antonio Gonzaga, juiz que lê altos volumes instalados em espaçosa mesa, mas o fazem por analisar os poemas com critérios anacrônicos à época, analisam com pensamentos surgidos após o Romantismo, textos que o precedem.

É interessante atentar para alguns aspectos dessa obra de Gonzaga. Cada lira é um diálogo de Dirceu com sua pastora Marília, mas, embora a obra tenha a estrutura de um diálogo, só Dirceu fala (trata-se de um monólogo), chamando Marília em geral com vocativos. Como bem lembra o crítico Antonio Candido, o melhor título para a obra seria *Dirceu de Marília*, mas o patriarcalismo de Gonzaga nunca lhe permitiria pôrse como a coisa possuída. Sem esquecer que Tomás Antonio Gonzaga morreu de paixão. Ele foi mandando para a ilha das Cobras no Rio de Janeiro, depois para Moçambique na África. Casando-se com uma filha de um mercador de escravos; diga-se de passagem: *Logo ele que era totalmente contra a escravidão*.